

GRUPAMENTO DE APOIO DO DF

Estudo Técnico Preliminar 14/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 67282.000417/2026-71

2. Descrição da necessidade

2.1 A elaboração do presente estudo constitui a primeira etapa do planejamento para a aquisição de materiais de consumo e permanentes pela Célula de Contraincêndio (CCI), baseando-se na necessidade de substituição de equipamentos que apresentaram avarias em decorrência do desgaste natural.

2.2 A aquisição de materiais de consumo e permanentes pela CCI fundamenta-se na necessidade de suprir as demandas decorrentes das missões que requisitam equipes para a proteção contraincêndio durante o pouso e a decolagem de aeronave presidencial, bem como do grande número de eventos nos quais a organização se envolve com frequência. No momento, a seção de contraincêndio atua com apenas 1 (uma) equipe completa no que se refere aos equipamentos obrigatórios listados na ICA 92-1/2025, a qual trata dos procedimentos operacionais estabelecidos para esse tipo de situação de emergência, priorizando sempre a segurança e o salvamento do Senhor Presidente da República.

2.3 Além disso, a CCI está envolvida em todos os grandes eventos realizados pela BABR, atuando na prevenção, no salvamento e no apoio à segurança da instalação e de todos os presentes. Portanto, faz-se necessária a constante renovação dos materiais e dos equipamentos de proteção e de sinalização de emergência, a fim de garantir a manutenção da operacionalidade do setor.

2.4 Com base no exposto, ressalta-se a necessidade imediata de aquisição dos materiais de consumo e permanentes, uma vez que estes são fundamentais para a manutenção da operacionalidade do setor. A BABR constitui um elo do Sistema de Proteção, Salvamento e Combate a Incêndio do COMAER, executando, entre outras atribuições, a proteção contraincêndio nas Zonas de Pouso de Helicóptero Presidencial (ZPH), que possam ocorrer no âmbito do Distrito Federal e em outros estados da Federação.

2.5 Um dos principais motivos para a aquisição desses materiais é a necessidade de reposição, especialmente devido ao desgaste natural decorrente da exposição frequente às intempéries. Esses itens precisam ser substituídos regularmente para garantir eficiência operacional e prevenir danos estruturais. Além disso, são de grande importância para a execução das missões, assegurando a segurança em cerimônias e eventos organizados pela BABR, bem como a proteção orgânica do efetivo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Membro da Equipe de Planejamento	ROSSANO AQUINO BEJARANO 2º Ten QOEA
Membro da Equipe de Planejamento	LARISSA GABRIELE FERNANDES MARIANO 2S QSS SBO
Membro da Equipe de Planejamento	JOÃO GUILHERME DE SOUZA CARVALHO 3S QSS SBO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A empresa contratada deverá disponibilizar um endereço de e-mail para recebimento do empenho, bem como para demais comunicações formais relacionadas à execução contratual.

4.1.1 Na ausência de comunicação expressa em sentido contrário por parte da CONTRATADA, serão considerados como canais formais de contato os endereços eletrônicos informados na proposta de preços e os constantes do cadastro no SICAF.

4.2 Os itens a serem entregues, no momento de seus respectivos recebimentos, deverão estar devidamente embalados, sem quaisquer sinais de violação, dano físico ou adulteração. Todos os produtos devem ser novos (sem uso prévio) e conter, em suas embalagens, as especificações técnicas, os acessórios ou partes obrigatórias, bem como a data de validade, quando aplicável. Além disso, os itens devem estar protegidos contra agentes externos que possam comprometer suas características físicas, funcionais ou de conservação.

4.3 Os materiais a serem entregues deverão ser de boa qualidade (usuais no mercado) e possuir procedência (fabricante e marca devidamente discriminado).

4.4 A empresa interessada deverá possuir linha de fornecimento de material registrada em seu ato constitutivo que seja pertinente e compatível com o objeto a ser eventualmente contratado por registro de preços.

4.5 A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o item IV do art. 11º da Lei nº 14.133.2021 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010. Recomenda-se que o licitante fabricante e/ou fornecedor atenda aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.5.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR– 15448-1 e 15448-2;

4.5.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; e

4.5.3 Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e /ou seja, reciclável, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.6 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas do objeto, tais como: transporte, carga, descarga, seguros, licenciamentos, impostos, taxas, frete, embalagens e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta licitação.

4.7 Todos os itens deverão ser produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida, e sua procedência deverá ser aferida pela nota fiscal de entrega.

4.8 Caberá à Contratada a entrega de todo o objeto contratado nesta Base Aérea, em conformidade com as exigências constantes no processo, sem qualquer ônus adicional a esta Administração.

4.9 Caso ocorra a entrega de item em desacordo com as especificações ou em quantidade inferior à solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a substituição do item ou o complemento da quantidade, conforme o caso.

4.10 Os materiais apresentados devem atender às seguintes exigências:

4.10.1 garantia de 1 (um) ano, a contar da data do recebimento dos materiais, sendo que neste período o contratado deverá prestar toda a assistência técnica necessária;

4.10.2 não podem conter falhas de fabricação, caso apresentem defeitos, devem ser substituídos pelo licitante sem custos à administração;

4.10.3 devem ser novos, sem utilização anterior, e deverão estar acondicionados em embalagens devidamente lacradas;

4.10.4 deverão ser entregues acompanhados das respectivas Notas Fiscais e do Termo de Garantia, sob pena de não recebimento.

5. Levantamento de Mercado

5.1 A etapa de levantamento de mercado teve por objetivo identificar as soluções disponíveis no mercado capazes de atender à necessidade identificada. Foram consideradas alternativas como aquisição, locação e contratação por demanda. No entanto, após análise técnica e econômica, concluiu-se que a aquisição por meio de procedimento licitatório representa a alternativa mais eficiente e vantajosa, sendo esta a prática usual da Administração.

5.2 Foram analisadas contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, mediante consultas a editais publicados, com o intuito de verificar a existência de metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem melhor atender às necessidades da Administração. Não foram identificadas alterações significativas quanto à execução do objeto, especialmente no papel desempenhado pela empresa contratada. As principais variações observadas referem-se à modalidade de licitação adotada, de acordo com a permissibilidade legal em cada caso.

5.3 Abaixo, apresentam-se dois certames que obtiveram êxito na homologação, os quais tratam de objetos semelhantes aos constantes no Termo de Referência, demonstrando a habitualidade da prática e a existência de pesquisa de mercado:

UASG	MODALIDADE	Nº DA LICITAÇÃO
GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS	Pregão	89/2022
MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA	Pregão	8/2025

5.4 Após a análise dos preços praticados e das soluções usualmente adotadas por órgãos da Administração Pública para aquisição de itens similares, constatou-se que a modalidade mais adequada para a contratação pretendida é o Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP).

5.4.1 A adoção do SRP justifica-se pela natureza da demanda, que envolve contratações frequentes, variáveis e/ou não imediatas. Nesse sentido, o SRP:

5.4.1.1 Garante maior eficiência e economicidade na gestão pública, permitindo a realização de uma única licitação para atender a diversas futuras demandas, otimizando tempo e recursos da Administração;

5.4.1.2 Evita o fracionamento indevido de despesas, uma vez que centraliza a demanda de vários setores ou unidades administrativas;

5.4.1.3 Reduz o risco de falta de material, pois possibilita a aquisição de bens ou contratação de serviços de forma mais ágil, dentro do prazo de vigência da ata;

5.4.1.4 Permite o atendimento a demandas imprevisíveis ou sazonais, comuns em determinadas áreas da Administração; e

5.4.1.5 Favorece a competitividade e obtenção de melhores preços, por meio da ampla participação de fornecedores.

5.5 Destaca-se que os itens a serem adquiridos se referem a materiais classificados como bens comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e serão adquiridos por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto no art. 82 da referida norma.

5.6 Diante do exposto, a escolha pelo Pregão Eletrônico com SRP mostra-se tecnicamente adequada e legalmente fundamentada, por permitir a aquisição dos itens de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração e

a disponibilidade orçamentária. Tal modelo assegura maior flexibilidade, eficiência na gestão dos recursos públicos, e respeito aos princípios da economicidade, legalidade e vantajosidade.

5.7 Por fim, salienta-se que os itens objeto desta contratação são classificados como comuns, conforme definição estabelecida na Lei nº 14.133/2021, o que reforça a adequação da modalidade de Pregão Eletrônico, nos termos da legislação vigente.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução consistirá na aquisição de materiais de contraincêndio para a Célula de Contraincêndio da BABR, visando atender às necessidades relacionadas às demandas do setor operacional.

6.2 A entrega deverá ser realizada na Célula de Contraincêndio, localizada no prédio do Comando da BABR, com a presença da comissão de recebimento designada para este fim, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar do envio da(s) nota(s) de empenho para o e-mail informado pela empresa contratada.

6.2.1 Na hipótese de divergência entre a descrição do objeto constante no Termo de Referência e aquela expressa na nota de empenho, deverá prevalecer, para todos os efeitos, a descrição contida no Termo de Referência.

6.2.2 Caso a contratada não confirme o recebimento da nota de empenho encaminhada ao e-mail informado, considerar-se-á como recebida no segundo dia útil contado a partir da data do envio.

6.3 Caso a empresa não possua, em estoque, o material ofertado, deverá comunicar a SIM, por meio do mesmo e-mail para o qual foi enviado o empenho, anexando fotos dos materiais propostos para análise. A substituição será permitida desde que sejam atendidas as seguintes condições:

6.3.1 A substituição não implique em prejuízo financeiro para a Administração;

6.3.2 O item substituto atenda tecnicamente às necessidades da Administração e possua características mínimas similares às especificadas;

6.3.3 A substituição seja devidamente justificada e formalizada.

6.4 Destaca-se que a substituição mencionada somente ocorrerá de forma excepcional, respeitadas as condições do item anterior e a legislação vigente.

6.5 A aquisição seguirá os parâmetros estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. De acordo com a legislação, trata-se de um processo comum, uma vez que há domínio uniforme do mercado relevante quanto à execução e/ou fornecimento dos materiais.

6.6 Ressalta-se que, neste caso, trata-se especificamente de aquisição de material, não configurando um serviço continuado. Assim, o processo está alinhado com a natureza dos itens a serem adquiridos, não sendo necessária contratação contínua.

6.7 A vigência da contratação seguirá a duração típica de uma Ata de Registro de Preços, permitindo que os materiais sejam adquiridos conforme demanda, ao longo de um período determinado, sem a obrigatoriedade de aquisição total imediata.

6.8 Fica vedada a subcontratação no âmbito deste processo. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento direto dos materiais, garantindo a qualidade e a conformidade com as especificações estabelecidas.

Detalhamento das etapas da execução contratual

6.9 O efetivo da CCI realizará a verificação das certidões da contratada, por meio de consulta ao SICAF e ao CADIN.

6.10. Em caso de pendência, será encaminhado ofício solicitando a regularização. Estando tudo em conformidade, será confeccionada a solicitação de empenho.

6.11 O efetivo da CCI acompanhará o trâmite da solicitação até a emissão e assinatura da nota de empenho no SIAFI.

6.12 De posse da nota de empenho, em formato PDF e devidamente assinada, será providenciado o envio ao e-mail informado na proposta e/ou cadastrado no SICAF.

6.13 A partir do envio da nota de empenho, a contratada terá até 30 (trinta) dias para realizar a entrega dos itens. A CCI manterá contato com a empresa em pelo menos três momentos: no envio da nota de empenho, após 15 dias e faltando 5 dias para o término do prazo.

6.13.1 Serão aceitos pedidos de prorrogação de prazo de entrega apenas se apresentados durante o prazo original e acompanhados de justificativa plausível. Ressalta-se que o pedido poderá ser recusado pela Administração.

6.13.2 Caso o pedido seja aceito e a empresa volte a atrasar a entrega, esse fato será considerado agravante na apuração do PAAI (Processo Administrativo de Apuração de Irregularidades).

6.14 No momento da entrega, a comissão de recebimento verificará se os itens atendem à descrição constante no Termo de Referência e se foram entregues nas quantidades corretas.

6.15. Caso haja alguma discrepância, a empresa será notificada e terá o prazo de até 15 (quinze) dias para substituir os itens ou complementar a entrega, conforme o caso.

6.16 Após o recebimento, constatada a ausência de irregularidades, será realizado o lançamento da nota fiscal e dos demais documentos no SILOMS (Sistema Interno de Trâmite de Nota Fiscal), para início do processo de pagamento.

6.17 A comissão de recebimento acompanhará o trâmite da nota fiscal até a emissão da Ordem Bancária, que encerrará o processo.

Disposições Gerais

6.18 Quaisquer inconformidade com as condições estabelecidas nesse processo, a empresa será notificada e poderá ser aberto um PAAI para apurar o ocorrido.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa das quantidades dos materiais de contraincêndio foi elaborada pela equipe técnica da Célula de Contraincêndio (CCI), com base em critérios técnicos e operacionais, considerando as atribuições institucionais da unidade, as missões sob sua responsabilidade e a necessidade de manutenção da plena capacidade operacional.

7.2 Ressalta-se que não há histórico consolidado de consumo que permita a utilização de dados pretéritos como parâmetro quantitativo, seja em razão da ausência de aquisições sistemáticas anteriores, seja pela variabilidade das demandas operacionais, as quais dependem da ocorrência de eventos, missões presidenciais, exercícios operacionais e demais atividades institucionais que exigem atuação da CCI.

7.3 Diante desse cenário, as quantidades previstas foram estimadas com base nos seguintes critérios:

7.3.1 Dimensionamento mínimo necessário para a composição e manutenção de, no mínimo, uma equipe completa de resposta contraincêndio, em conformidade com os equipamentos obrigatórios previstos na ICA 92-1/2025;

7.3.2. Necessidade de reposição de materiais avariados ou desgastados em decorrência do uso contínuo e da exposição a intempéries, garantindo a segurança do efetivo e a eficácia das operações;

7.3.3. Previsão de reserva técnica mínima, destinada a suprir substituições emergenciais, evitar a descontinuidade das atividades e assegurar pronta resposta em situações imprevistas;

7.3.4. Atendimento às demandas decorrentes da participação da CCI em grandes eventos, operações especiais e missões de proteção contraincêndio em apoio às atividades da Base Aérea de Brasília e a outras missões determinadas pelo COMAER.

7.4. Memória de cálculo dos quantitativos estimados

7.4.1. Sinalização e equipamentos fixos de combate a incêndio

7.4.1.1. Os quantitativos de placas de saída de emergência e sinalização de hidrantes, bem como de identificação de extintores de pó químico e CO, foram definidos com base na necessidade de garantir a conformidade normativa e a adequada cobertura de todo o complexo administrativo e operacional.

7.4.1.2. A estimativa contempla a plena visibilidade das rotas de fuga e dos equipamentos de combate a incêndio, incluindo margem de reserva técnica para reposição em caso de desgaste ou avarias.

7.4.1.3. As 50 unidades de fitas demarcatórias de cada cor visam assegurar a correta delimitação das áreas de instalação dos equipamentos, enquanto os 20 suportes para extintores atendem a locais com restrições de fixação.

7.4.1.4. O quantitativo de 50 mangueiras de incêndio Tipo 2 foi dimensionado para a renovação dos materiais das caixas de hidrantes dos diversos setores, garantindo conformidade com os requisitos de segurança e a manutenção da capacidade operacional, inclusive em missões externas.

7.4.2. Equipamentos para combate a incêndios em vegetação

7.4.2.1. Os quantitativos foram definidos para atender às demandas operacionais do período de estiagem, possibilitando a atuação eficaz das equipes contraincêndio.

7.4.2.2. Foram estimadas 20 unidades de facões, destinados à abertura de aceiros e progressão em vegetação densa, e 20 bombas costais, utilizadas no combate direto e no rescaldo em áreas de difícil acesso.

7.4.2.3. O dimensionamento considera a atuação simultânea de múltiplas frentes de trabalho, garantindo ferramentas individuais para os operadores, bem como reserva técnica para substituições durante as operações.

7.4.3. Materiais de APH e ferramentas de salvamento

7.4.3.1. Os quantitativos foram definidos em conformidade com a ICA 92-1/2025, assegurando a capacidade de resposta em missões operacionais e atendimentos emergenciais.

7.4.3.2. Os materiais de consumo, como luvas, máscaras, ataduras e gases, foram estimados considerando sua alta rotatividade, garantindo estoque suficiente para múltiplas intervenções.

7.4.3.3. Os itens de suporte crítico, como desfibriladores, torniquetes, colares cervicais e mantas térmicas, foram dimensionados para equipar equipes de resposta principal e reserva, permitindo o atendimento simultâneo a múltiplas vítimas.

7.4.3.4. As ferramentas de salvamento foram previstas para a composição de kits de desencarceramento rápido, assegurando pronta resposta e redundância operacional em cenários de emergência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 157.572,61

8.1 O valor estimado total para a aquisição dos materiais é de **R\$ 157.572,61 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta e dois reais e sessenta e um centavos)**, considerando-se as quantidades previstas e os itens especificados nesta contratação.

8.2 O valor foi estabelecido com base em levantamento de preços realizado por meio de consultas a fornecedores.

8.3 Com o objetivo de proporcionar maior transparência e fundamentação à análise, será elaborado Mapa Comparativo de Preços, contendo os dados obtidos nos relatórios extraídos da referida plataforma, permitindo a avaliação detalhada da compatibilidade dos valores com os praticados no mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Para promover um maior aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e incentivar uma competição saudável, a licitação será dividida em itens. Essa abordagem segue o disposto no § 2º do art. 40 da Lei nº 14.133 /2021, que estabelece que "III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado".

9.2 A divisão em itens permitirá uma análise mais precisa das necessidades e características de cada um deles, proporcionando uma melhor adequação às especificações técnicas e às condições econômicas.

9.3 Além disso, a divisão em parcelas facilita a participação de um maior número de fornecedores, promovendo uma concorrência saudável e fomentando a obtenção de melhores propostas.

9.4 Dessa forma, a divisão da licitação em itens visa otimizar a utilização dos recursos disponíveis no mercado, além de promover uma maior competitividade entre os fornecedores, resultando em benefícios tanto para o órgão licitante quanto para a eficiência do processo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não serão necessárias contratações correlatas e/ ou Interdependentes, pois ficará a cargo da empresa contratada a responsabilidade total dos meios de transporte para entrega dos itens, bem como qualquer outra despesa necessária relacionada à formulação do plano de trabalho, para que o objetivo final do contrato seja executado.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O item da contratação está de acordo com o Calendário de Licitações do GAP-DF 2026, com código de Planejamento GAPDF26MAT034 e previsto no Artigo 56 do Programa De Trabalho Anual da Base Aérea de Brasília para o ano de 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A aquisição dos materiais é necessária para a operacionalidade do setor, pois garante a complementação, reposição e manutenção adequada dos equipamentos. Esses elementos são essenciais para garantir a continuidade do serviço a ser executado pela Célula de Contraintendência da BABR.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A CCI será responsável pelo envio da Nota de Empenho ao endereço de e-mail previamente informado pela contratada, conforme registrado na proposta ou no cadastro do SICAF.

13.2. A CCI manterá controle interno do envio, registrando a data de encaminhamento e monitorando o prazo em dias corridos a partir dessa data. Caso não haja confirmação de recebimento por parte da contratada, considerar-se-á automaticamente como recebida após 2 (dois) dias úteis do envio do e-mail. A partir de então, será iniciado o prazo de 30 (trinta) dias corridos para entrega dos materiais, conforme previsto contratualmente.

13.3. Caso transcorram os prazos mencionados sem manifestação ou entrega por parte da contratada, a empresa será formalmente notificada por meio de ofício, com vistas à regularização da situação ou justificativa do descumprimento contratual.

13.4. Além disso, a CCI manterá contato ativo com a contratada durante o período de entrega, realizando pelo menos três interações formais: (i) no envio do empenho, (ii) após 15 dias do envio, e (iii) faltando 5 dias para o término do prazo. Tais interações serão documentadas como medida de acompanhamento e prevenção de inadimplementos.

13.5. Em caso de ausência de resposta ou descumprimento injustificado, será realizada a análise quanto à abertura de processo administrativo sancionador, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, garantindo à contratada o direito à ampla defesa e contraditório.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Fornecer os produtos acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, que não comprometam a qualidade e segurança dos produtos, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

14.2 Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

Preferencialmente, fornecer bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;

14.3 Fornecer bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

16.1.1 Pelo constatado nos estudos preliminares considera-se que a contratação é viável em termos de disponibilidade, competitividade de mercado e forma de contratação, não se observando óbices ao seu prosseguimento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSSANO AQUINO BEJARANO

Membro da Equipe de Planejamento

ALLAN FERREIRA DOS SANTOS

Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP atualizado
Data/Hora de Criação:	06/04/2026 14:13:23
Páginas do Documento:	9
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	10
Hash MD5:	58c3343841d2a00ceb1d3f29cb92afa2
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento JOÃO GUILHERME DE SOUZA CARVALHO no dia 06/04/2026 às 13:46:00 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento LARISSA GABRIELE FERNANDES MARIANO no dia 06/04/2026 às 13:51:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ROSSANO AQUINO BEJARANO no dia 08/04/2026 às 13:38:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Av ALLAN FERREIRA DOS SANTOS no dia 16/04/2026 às 13:59:26 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO